



Os senadores Bello Parga (à esquerda) e José Roberto Arruda (ao centro) foram eleitos presidente e vice da CPI dos Bancos, que tem como relator o senador João Alberto (à direita)

CPI bloqueia bens de banqueiros e convoca Fraga para depor hoje

No primeiro dia de trabalho, comissão indica presidente, vice e relator, decide tornar indisponíveis os bens dos diretores de dois bancos e aprova uma lista de pessoas convocadas a prestar depoimentos

COMISSÃO DO JUDICIÁRIO



Investigação começa por obras e nepotismo

A CPI do Judiciário convocou para depor o autor de denúncias sobre irregularidades no TRT da Paraíba e o auditor que apurou suspeita de superfaturamento em obra da Justiça do Trabalho em São Paulo.

PÁGINAS 5 E 6

A Comissão Parlamentar de Inquérito criada para investigar denúncias de irregularidades no sistema financeiro, instalada ontem, decidiu bloquear os bens e quebrar o sigilo bancário, telefônico e fiscal dos diretores dos bancos Marka e FonteCindam, além de convocar mais de 30 pessoas para depor. As duas primeiras, o presidente do Banco

Central, Armínio Fraga, e o diretor de Fiscalização, Luiz Carlos Alvarez, falam à CPI hoje, a partir das 10h.

A comissão elegeu para presidente o senador Bello Parga e para vice o senador José Roberto Arruda. O senador João Alberto, designado relator, apresentou seu roteiro de trabalho, aprovado por unanimidade.

PÁGINAS 2 E 3

CCJ

1 Definidas regras para demissão de servidor

2 Aprovada extinção dos juízes classistas

PÁGINA 4

8 FATOS PARA INVESTIGAÇÃO

O requerimento para criação da CPI cita oito fatos para investigação:

- 1 Apurar a responsabilidade do Banco Central na operação de socorro aos bancos FonteCindam e Marka, que possibilitou às duas instituições a compra de dólares abaixo da cotação do dia.
- 2 Investigar a responsabilidade pelo vazamento de informações que propiciaram a diversos bancos lucros exorbitantes, por ocasião da maxidesvalorização do real, em janeiro último.
- 3 Apurar a responsabilidade das instituições financeiras que se colocaram a salvo da desvalorização cambial, obtendo inclusive grandes lucros, enquanto seus correntistas e aplicadores amargaram elevados prejuízos.
- 4 Averiguar os responsáveis pela retirada do país, de forma irregular e fraudulenta, de aproximadamente US\$ 400 milhões, mediante utilização do Fiex.
- 5 Apurar os exorbitantes lucros obtidos por bancos estrangeiros na compra de títulos públicos, em detrimento da concessão de crédito aos setores produtivos da economia nacional.
- 6 Investigar as razões pelas quais persiste a fragilidade do sistema financeiro nacional, após a maciça injeção de recursos através do Proer, mostrada pelas recentes liquidações de bancos.
- 7 Averiguar a sonegação de impostos que estaria sendo praticada pelos bancos Citibank, J. P. Morgan, Deutsche Bank, Crédit Suisse, First Boston, Garantia e Crédit Commercial de France.
- 8 Apurar a responsabilidade da diretoria do Banco do Brasil na concessão de empréstimos de difícil ou impossível recuperação à Construtora Encol.



AGENDA

QUINTA-FEIRA, 15 DE ABRIL DE 1999

Antonio Carlos Magalhães
Presidente

▶ 11h - Preside sessão deliberativa ordinária

Plenário

▶ 10h - Sessão deliberativa ordinária

Pauta: *PLC nº 2/99, que altera o nome do Aeroporto Internacional de Brasília; *PLC nº 12/99, que concede pensão especial a Cláudio Villas Boas e Orlando Villas Boas; *Requerimentos nº 111/99, do senador Romero Jucá, solicitando tramitação conjunta dos Projetos de Lei do Senado nºs 21 e 52/99, por versarem sobre a criação de Escola Agronômica Federal no município de Caroebe-RR; *e 112/99, da senadora Emilia Fernandes, solicitando que sobre o PLS nº 123/99, de autoria do senador Carlos Patrocínio, que obriga o uso de dispositivo de segurança em tanques e recipientes de combustíveis líquidos e gasosos, seja ouvida também a Comissão de Serviços de Infra-Estrutura.

Comissões

▶ 10h - CPI do Sistema Financeiro

Pauta: Exposição do presidente e do diretor de fiscalização do Banco Central, Arminio Fraga Neto e Luiz Carlos Alvarez. Ala Senador Nilo Coelho - Sala 2

Sexta-feira (16.4.99)

▶ 9h - Sessão não deliberativa

Bens bloqueados e sigilo quebrado

CPI do Sistema Financeiro torna indisponíveis bens de diretores dos bancos Marka e FonteCindam, que também terão contas bancárias, telefones e correspondência devassados

A CPI do Sistema Financeiro decidiu ontem bloquear e tornar indisponíveis os bens dos diretores dos bancos Marka e FonteCindam e pedir a quebra do sigilo bancário, telefônico e fiscal dos componentes das diretorias, dos fundos e das próprias instituições.

As medidas atenderam a dois requerimentos. O primeiro, apresentado pelo vice-presidente da CPI, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF), foi complementado por emenda do senador Roberto Requião (PMDB-PR) e aceita pelo relator, senador João Alberto Souza (PMDB-MA). O segundo, da quebra de sigilo, foi de autoria do senador do PT de São Paulo Eduardo Suplicy (veja página 9), aprovado à tarde após reunião entre o presidente da CPI dos Bancos, senador Bello Parga (PFL-MA), o relator e assessores do Senado.

Na reunião da CPI ocorrida pela manhã, o requerimento já havia sido acordado pelo relator juntamente com outros requerimentos apresentados, a partir de um consenso de todos os membros.

BENS BLOQUEADOS

A comissão oficializará a decisão de bloquear os bens dos diretores do Marka e do FonteCindam e enviará correspondência informando sua decisão aos dirigentes dos dois bancos. O senador José Roberto Arruda informou que a deliberação foi baseada no arti-

go 153 do Regimento Interno do Senado, que autoriza os senadores a se reportar ao Código Penal, bem como no artigo 123 do Código Penal, que permite tal decisão em casos relevantes.

O senador Jader Barbalho (PMDB-PA), autor do requerimento para criação da CPI e suplente na comissão, disse que "o mercado financeiro será outro depois dessa CPI". Ele prometeu que todos os fatos pertinentes à pauta da comissão serão devidamente apurados:

– Quem apostou que a CPI ia ser uma brincadeira errou – disse.

Para Jader, a CPI não cometeu qualquer extravagância ao decidir tornar indisponíveis os bens dos presidentes e diretores do Marka e do FonteCindam, já que são exatamente esses dois bancos os principais objetos de investigação da comissão. Lembrou ainda que toda CPI tem poderes de um juiz e pode valer-se das regras estabelecidas pelo Código Penal.

Na reunião de instalação dos trabalhos da CPI (veja página 3), foi aprovado requerimento do senador Roberto Requião convocando para depor o ex-presidente do BNDES no governo Collor, Eduardo Modiano, ex-sócio do



Senador José Roberto Arruda, autor do requerimento pedindo o bloqueio dos bens dos diretores

ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes, na empresa de consultoria financeira Macrométrica.

Segundo Requião, quando houve a mudança cambial, em janeiro, Modiano telefonou para Lopes e depois ambos se encontraram no Rio, ocasião em que Modiano pediu socorro ao Banco Central porque temia a intervenção deste, que o afastaria do mercado financeiro e ainda tornaria indisponíveis seus bens, herdados do pai:

– Eduardo Modiano foi prontamente atendido no seu apelo ao ex-sócio e o resto ele pode contar na CPI. Foi dele a idéia exposta por Chico Lopes de o Banco Central vender dólar a preço inferior ao do mercado naquele dia. O Marka seguiu a ordem dada pelo Chico Lopes, a pedido de Eduardo Modiano – afirmou Requião.

ACM adverte "os quem têm culpa"

Após participar ontem da reunião de instalação da Comissão Parlamentar de Inquérito que investigará o sistema financeiro, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, elogiou a disposição dos parlamentares da CPI, "que aprovaram um roteiro complexo e terão muito trabalho pela frente". O senador disse que "ninguém deve ficar atordoado no Banco Central simplesmente porque começou a funcionar uma comissão parlamentar de inquérito":

– Isso é natural, e quem não tem culpa deve estar alegre, mas quem tem culpa deve estar preocupado – destacou.

Na avaliação do presidente do Se-

nado, com o desenvolvimento das atividades da CPI, a comissão vai agir "forçando as providências não só na área governamental, mas também as legislativas".

O senador disse ter recebido informação do presidente da República, Fernando Henrique Cardoso, de que foi determinada a prisão preventiva do ex-controlador do Banco Marka, Salvatore Cacciola.

Respondendo a pergunta dos repórteres, Antonio Carlos Magalhães afirmou ser "inegável" que a tese da autonomia do Banco Central será prejudicada com o envolvimento do BC em muitos dos fatos a serem apurados pela CPI.



ACM elogiou os membros da CPI, que ontem aprovaram um complexo roteiro de trabalho

Comissão funcionará de segunda a sexta

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, propôs que as comissões parlamentares de inquérito (CPIs) do Sistema Financeiro e do Judiciário trabalhem às segundas e sextas-feiras durante todo o dia, quinta-feira à tarde e em qualquer dia da semana, se necessário, após as 18h30, para que a Casa possa também realizar as sessões plenárias e as reuniões das comissões técnicas. A sugestão é de Antonio Carlos, feita durante a instalação da CPI que vai investigar o sistema financeiro, ontem, foi aceita por unanimidade pelos integrantes da comissão.

Hoje, a CPI dos Bancos funcionará ainda pela manhã, a partir das 10h, com os depoimentos de Arminio Fraga, presidente do Banco Central, e de Luiz Carlos Alvarez, diretor de Fiscalização do BC. Como o plenário tem sessão deliberativa no mesmo horário, o presidente do Senado disse que a Ordem do Dia será "amena" para que a CPI possa concluir seus trabalhos. A partir de hoje, no entanto, será adotado o sistema aprovado para o trabalho das comissões de inquérito.

O senador Pedro Simon (PMDB-RS) foi quem apresentou sugestão à Mesa para que as CPIs funcionem em horários diferentes das comissões técnicas e do plenário. "Vamos deixar os trabalhos da Casa ocorrerem normalmente", disse o senador.

JORNAL DO SENADO www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (061) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Antonio Carlos Magalhães
1º Vice-Presidente: Geraldo Melo
2º Vice-Presidente: Ademir Andrade
1º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
2º Secretário: Carlos Patrocínio
3º Secretário: Nabor Júnior
4º Secretário: Casildo Maldaner
Suplentes de Secretário: Eduardo Suplicy - Lúdio Coelho
Jonas Pinheiro - Marluce Pinto

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Fernando Cesar Mesquita (061) 311-7115
Diretor de Divulgação e Integração: Helival Rios (061) 311-1070
Diretor do Jornal do Senado: Flávio de Mattos (061) 311-3336
Diretor da Agência Senado: José do Carmo Andrade (061) 311-3327

Editor-Chefe: Djalba Lima
Editores: Marcos Magalhães, Sylvio Guedes, João Carlos Ferreira da Silva e Sylvio Costa
Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho e Osmar Miranda
Revisão: Lindolfo Amaral, Maria das Graças Aureliano e Miqueas Dantas de Moraes
Fotos: Célio Azevedo, Márcia Kalume, Adão Nascimento, Roosevelt Pinheiro, Waldemir Rodrigues, José Cruz e Jane Araújo

O noticiário do Jornal do Senado é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
15º e 16º andares
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Fraga é chamado para depor na CPI dos Bancos

Com depoimentos marcados para a manhã de hoje, presidente e diretor de Fiscalização do Banco Central abrem a lista de convocados para prestar esclarecimentos aos senadores

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) que investiga o sistema financeiro convocou para depor hoje, às 10 horas, o presidente e o diretor de Fiscalização do Banco Central (BC), Armínio Fraga e Luiz Carlos Alvarez. Eles deverão prestar esclarecimentos sobre as denúncias em relação à operação de socorro aos bancos Marka e FonteCindam, nos dias 13 e 14 de janeiro último, durante a mudança da política cambial.

O roteiro de trabalho aprovado ontem pela CPI inclui depoimentos de ex-presidentes, diretores e ex-diretores do BC e do Banco do Brasil; do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel; e de diretores de bancos nacionais e estrangeiros.

Apresentado pelo relator, senador João Alberto Souza (PMDB-MA), o roteiro detalha todos os depoentes da CPI e o fato que determinou a decisão para sua convocação, bem como as providências que deverão ser tomadas sobre documentação, contratos firmados por instituições e estudos relacionados

com os fatos a serem investigados.

Para o início dos trabalhos, a CPI decidiu convocar, além do presidente e do diretor de fiscalização do Banco Central, Armínio Fraga e Luiz Carlos Alvarez; o presidente interino do BC em janeiro, Francisco Lafayette de Pádua Lopes; e o ex-diretor Claudio Ness Mauch.

Também serão convocados para depor Salvatore Alberto Cacciola, presidente do Banco Marka; Francisco de Assis Moura de Melo, diretor da Marka Nikko Asset Management; Luiz Antônio Gonçalves, juntamente com Eduardo Modiano, Fernando César Carvalho e Roberto Steinfeld, todos sócios do banco FonteCindam.

Constam ainda dessa primeira lista de depoentes Luiz Eduardo Fernandez, presidente da Associação dos Clientes Lesados do Marka Nikko Asset Management; e Ney Castro Alves, vice-presidente do Conselho da Bolsa de Mercadoria & Futuros, bem como diretores da instituição à época dos fatos que provocaram a criação da CPI.



Bello Parga, à esquerda, presidirá a CPI, cujo relator será o senador João Alberto

PESSOAS A SEREM CONVOCADAS PARA DEPOR NA CPI DOS BANCOS

- Armínio Fraga, presidente do Banco Central (a partir de 4.3.99)
- Francisco Lafayette de Pádua Lopes, ex-presidente interino do Banco Central
- Cláudio Ness Mauch, ex-diretor de fiscalização bancária do BC
- Luiz Carlos Alvarez, diretor de fiscalização do BC (a partir de 4.3.99)
- Salvatore Alberto Cacciola, presidente do Banco Marka
- Francisco de Assis Moura de Melo, diretor da Marka Nikko Asset Management
- Luiz Antônio Gonçalves, sócio do FonteCindam
- Eduardo Modiano, sócio do FonteCindam
- Fernando César Carvalho, sócio do FonteCindam
- Roberto Steinfeld, sócio do FonteCindam
- Rubens Novaes, consultor econômico
- Luiz Eduardo Fernandez, presidente da Associação dos Clientes Lesados do Marka Nikko Asset Management
- Ney Castro Alves, vice-presidente do conselho da BM&F
- Administradores e controladores dos bancos BBM, Morgan, Ing, Banco de Boston, Garantia, Pactual, Citibank, Real e Matriz, de acordo com o cadastro a ser fornecido pelo BC
- Diretores do BM&F à época dos fatos
- Jorge Simino, diretor do Unibanco
- Administradores e controladores do Unibanco, Boavista, de acordo com cadastros fornecidos pelo BC
- Michel Zieminski, aplicador do Unibanco (Fundo Hedge DI Premium)
- Gustavo Barroso Franco, ex-presidente do Banco Central
- Gustavo Loyola, ex-presidente do BC
- Administradores de bancos estrangeiros que atuam no país
- Everardo Maciel, secretário da Receita Federal
- Nelson Pessuto, presidente do Sindifisco
- Andrea Calabi, presidente do Banco do Brasil
- Edson Soares Ferreira, diretor de Crédito e Seguridade do BB
- Carlos Gilberto Caetano, diretor de Finanças e de Relações com o Mercado do BB
- Paulo Cesar Ferreira Ximenes, ex-presidente do BB
- Jair Bilachi, ex-presidente da Previ
- Manoel Pinto, ex-superintendente do Banco do Brasil no Distrito Federal

Comissão elege presidente e relator

O Senado Federal instalou na manhã de ontem a Comissão Parlamentar de Inquérito que irá investigar denúncias de irregularidades no sistema financeiro. Os senadores aprovaram, em votação secreta, os nomes indicados para a presidência da CPI, senador Bello Parga (PFL-MA), e para a vice-presidência, senador José Roberto Arruda (PSDB-DF). O senador João Alberto (PMDB-MA) foi designado relator, pelo presidente da comissão. Do total dos 11 titulares da CPI, nove votaram a favor dos nomes indicados para presidência e vice, um votou só para presidente e um votou em branco.

A CPI aprovou por unanimidade o roteiro dos trabalhos apresentados pelo relator João Alberto Souza, com o detalhamento dos depoimentos e das providências que serão adotadas. A votação do roteiro foi feita em bloco, incluindo requerimentos e sugestões apresentados pelos demais senadores.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, participou da reunião de instalação da CPI. A presença do presidente do Senado na comissão foi elogiada pelo líder do PMDB, senador Jader Barbalho (PA), suplente da comissão e autor do requerimento para criação da CPI. "Antonio Carlos foi muito

correto e veio aqui para prestigiar os trabalhos da comissão", disse Jader.

Depois de eleito presidente da comissão, Bello Parga agradeceu aos senadores a indicação de seu nome para o cargo, que qualificou de "difícil missão", prometendo dar o melhor de si nos trabalhos da comissão.

– Nossa missão é árdua, delicada. Devemos ter cuidado, consciência e de-

terminação para produzir resultados dignos das esperanças que a sociedade depositou em nós. Nosso trabalho deverá ser de natureza técnica. O setor financeiro está sendo alvo de suspeitas de praticar irregularidades com prejuízo para o erário. Devemos apurar esses fatos com equilíbrio e firmeza –

afirmou o senador Bello Parga.

APERFEIÇOAMENTO

Em seguida, João Alberto Souza prometeu esforçar-se para que a CPI "não se transforme num palanque político, mas também não acabe em pizza". O relator leu todo o roteiro preparado para os trabalhos da comissão. José Roberto Arruda apresentou requerimento propondo o bloqueio e indisponibilidade de bens dos presidentes e diretores dos bancos Marka e FonteCindam.

Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO)

sugeriu que a comissão tenha acesso a todos os documentos, memorandos internos e externos do Banco Central e também à documentação dos bancos Marka e FonteCindam, para poder investigar os acontecimentos ocorridos durante a mudança da banda cambial, em janeiro.

MODIANO

Apesar de não fazer parte da comissão, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) apresentou requerimento, que foi anexado ao de Arruda, para convocar Eduardo Marco Modiano – presidente do BNDES durante o governo Collor –, sócio do ex-presidente do BC, Francisco Lopes, na empresa de consultoria Macrométrica. O senador Eduardo Suplicy (PT-SP) ressaltou a importância da CPI, a exemplo do senador Fernando Bezerra (PMDB-RN), que disse ser objetivo da comissão aperfeiçoar o sistema financeiro para que os investidores menos informados sejam protegidos de prejuízos.

O senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) afirmou que as operações de compra e venda de câmbio acima de US\$ 100 mil também deveriam ser investigadas, bem como os balancetes dos bancos Marka e FonteCindam e as remessas efetuadas por bancos estrangeiros para suas matrizes, nos meses de janeiro e fevereiro deste ano. O senador José Alencar (PMDB-MG) disse que não é contra o lucro dos bancos, mas não aceita que essas instituições obtenham lucros de forma irregular.

Comissão acolhe parecer pelo fim dos classistas

Depois de duas horas de discussão, a Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem, por 16 votos a um, substitutivo do senador Jefferson Péres (PDT-AM) à proposta de emenda constitucional do ex-senador Gilberto Miranda que acaba com a representação de classe no Judiciário.

A proposta aprovada extingue a figura do juiz classista nos tribunais do Trabalho, superiores e regionais, e nas juntas conciliadoras de primeira instância. Além disso, Jefferson incluiu uma regra de transição, pela qual os classistas que estão em exercício deverão cumprir o mandato – hoje fixado em três anos – até o final.

O relator, por sugestão do senador Roberto Freire (PPS-PE), ainda alterou sua proposta original, que mantinha os juizes classistas como cargos honoríficos nas juntas. Jefferson optou por acatar emenda apresentada pelo senador Hugo Napoleão (PFL-PI), definindo que, em primeira instância, as causas trabalhistas serão julgadas por um juiz togado, titular de uma Vara do Trabalho.

Único a votar pela manutenção da representação paritária na Justiça do Trabalho, o senador Amir Lando (PMDB-RO) ressaltou o fato de que 60% das causas que chegam às juntas de conciliação são resolvidas. Para ele, o dinheiro gasto com os juizes classistas é justo e investido na defesa dos trabalhadores. A reforma, na sua opinião, deveria mudar a escolha dos juizes classistas para evitar indicações feitas por “sindicatos fantasmas”.

– A extinção leva à ineficácia da lei trabalhista. O classista é uma ponte entre o



Jefferson Péres apresentou substitutivo favorável à extinção da representação classista

formalismo da toga e o homem simples. Como esperar que o trabalhador possa reclamar seus direitos? – questionou.

Também em defesa dos classistas, a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS) argumentou que somente nas juntas de conciliação, graças à presença de juizes indicados pelos sindicatos de trabalhadores e patrões, as ações resolvidas economizaram cerca de R\$ 1,2 bilhão em 1998.

A senadora defendeu ainda sua proposta de emenda à Constituição, pela qual os critérios de escolha dos juizes seriam alterados. Também relatada por Jefferson, a matéria foi considerada prejudicada pela aprovação do substitutivo.

– A extinção da representação classista está sendo colocada justamente no momento em que o desemprego e o conflito entre capital e trabalho aumentam – alertou Emilia, que não tem direito a voto na CCJ, por não ser integrante da comissão.

Senadores esperam mudanças mais profundas

A proposta de extinção dos juizes classistas motivou vários pronunciamentos na CCJ. Para o senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), a extinção pode fazer parte de um processo de “esvaziamento da Justiça do Trabalho”. Ele disse não ter detectado nenhum argumento que o convencesse de que a mudança vai melhorar o processo. Como membro da CCJ, Alcântara preferiu ausentar-se da votação e dar lugar ao suplente, de forma a não contrariar a posição majoritária em seu partido.

O senador Roberto Freire se disse convencido de que a extinção dos classistas pode dar mais eficácia e mais agilidade à Justiça trabalhista.

– Mesmo que se esteja transformando a discussão ampla sobre a reforma do Judiciário em debate pontual, a extinção do classista pode ajudar – afirmou Freire.

Em apoio ao substitutivo, o senador José Eduardo Dutra (PT-SE) defendeu que a mudança seja parte de uma reforma profunda na Justiça do Trabalho.

Mesmo votando a favor com a alteração proposta por Hugo Napoleão, os senadores do PFL Bernardo Cabral (AM), Romeu Tuma (SP) e Francelino Pereira

(MG) ressaltaram que haviam decidido defender o substitutivo original de Jefferson, que mantinha os classistas nas juntas de conciliação com cargos honoríficos: “Não tenho preconceito contra o juiz classista na primeira instância.”

Depois de apoiar o substitutivo, o senador Álvaro Dias (PSDB-PR) pediu que, além da função dos juizes classistas, a emenda à Constituição extinga também os cargos que eles ocupam nos tribunais. A Carta de 1988 fixou em 27 o número de ministros do Tribunal Superior do Trabalho, dos quais dez classistas.

O senador acha que os tribunais podem funcionar com eficiência com os juizes togados já existentes. Porém, o destaque de votação por ele pedido acabou prejudicado.

Também votaram favoravelmente à extinção dos juizes classistas os senadores José Fogaça (PMDB-RS), Edison Lobão (PFL-MA), Maria do Carmo Alves (PFL-SE), Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Carlos Wilson (PSDB-PE), Luzia Toledo (PSDB-ES), Sérgio Machado (PSDB-CE), Romero Jucá (PSDB-RR) e Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). A matéria vai agora ao plenário.

CCJ aprova regras para demissão de servidores

Para o relator, senador Francelino Pereira, projeto do Executivo regulamenta um dos pontos fundamentais da reforma administrativa

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) aprovou ontem parecer favorável ao projeto de lei que define regras para a demissão de servidores públicos por excesso de despesas. Segundo o relator da matéria, senador Francelino Pereira (PFL-MG), o projeto regulamenta um dos pontos fundamentais da reforma administrativa. O parecer recebeu votos contrários dos senadores José Eduardo Dutra (PT-SE), Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) e Amir Lando (PMDB-RO).

Pelo projeto, de autoria do Executivo, o ato de demissão deve ser impessoal na seleção dos servidores desligados, atendendo aos critérios de menor tempo de serviço público, maior remuneração e menor idade, podendo, para efeito de desempate, ser considerado o menor número de dependentes.

A proposta, já aprovada pela Câmara, vai agora ao plenário do Senado. O texto estabelece que o desligamento de servidores deve estar acompanhado de esclarecimentos sobre a economia de recursos e o número de funcionários a serem exonerados, bem como a atividade funcional e o órgão ou unidade administrativa objeto da redução de pessoal.

Pelo projeto, servidores que exercem atividades definidas como “exclusivas de Estado” só podem ser desligados depois que o órgão a que pertencem já tiver reduzido em 30% o pessoal que não faça parte dessas carreiras. Também existe um teto para a



Comissão acolhe parecer favorável ao projeto sobre demissão de servidores, que já passou pela Câmara e vai agora ao plenário do Senado

demissão de servidores dessas carreiras: 30% do total do quadro.

De acordo com a matéria, os cargos vagos com a demissão de servidores estáveis serão extintos, e fica proibida a criação de cargo com atribuições semelhantes pelo prazo de quatro anos.

EMENDAS

Em seu parecer, Francelino rejeitou 15 emendas, dos senadores Djalma Falcão (PMDB-AL), Pedro Simon (PMDB-RS) e Sebastião Rocha (PDT-AP), ao projeto original. O relator também não acolheu substitutivo apresentado pelo senador José Eduardo Dutra.

Argumentando que o projeto que veio da Câmara é ruim e precisa ser aperfeiçoado, Dutra cobrou definições mais claras no texto, principalmente no que diz respeito à distinção entre servidores públicos estáveis admitidos por concurso e os servidores que adquiriram estabilidade pela Constituição de 1988.

Contrário ao projeto, Antonio Carlos Valadares pediu que sua votação fosse adiada. O requerimento, porém, foi derrotado.

– Não é fácil ao governo explicar demissões numa hora dessas. Com esse projeto, o justo paga pelo pecador. O servidor público, esse mendigo de gravata, é sempre apontado como culpado pelo rombo nas contas públicas, mas sabemos que mais de 90% do déficit público resulta da política de juros do governo federal – disse Valadares à CCJ, presidida pelo senador José Agripino (PFL-RN).

Em declaração de voto, Amir Lando se disse preocupado com a falta de critérios do projeto, que, segundo ele, deixa margem à perseguição política.

– Seria melhor dizer: “Demitam até o limite estabelecido, da forma como entenderem” – afirmou, lamentando que o Senado tem apenas chancelado as matérias vindas da Câmara.

Mulheres operadas de câncer de mama poderão ter direito a cirurgia reconstrutiva

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer favorável do senador Tião Viana (PT-AC) a projeto de lei da Câmara que assegura às mulheres que sofrerem mutilação total ou parcial da mama, decorrente de utilização de técnica de tratamento de câncer, o direito de se submeter a cirurgia plástica reconstrutiva pelo Sistema Único de Saúde (SUS). A matéria agora vai à apreciação do plenário.

Para Tião Viana, não é um fato desconhecido que a mutilação do corpo humano traz grandes sofrimentos e possíveis desajustes psíquicos e sociais. Por essa razão, o senador entende que o pro-



Tião Viana deu parecer favorável ao projeto originário da Câmara

projeto “não trata de uma questão superficial, meramente presa a uma vaidade relacionada à estética física”.

No debate sobre o projeto, a senadora Marina Silva (PT-AC) acrescentou que a mutilação do seio como tratamento para o câncer, apesar de eficaz, provoca uma série de consequências psicológicas na mulher.

– A sensualidade e a sexualidade feminina também ficam bastante afetadas, e a cirurgia plástica, que através da aprovação desse projeto passará a ser feita pelo poder público, deve ser considerada como assunto de alta relevância – ressaltou.

O relator observou que, segundo o Conselho Federal de Medicina, as doenças de mama são um problema de saúde pública na maioria dos países do mundo. Já a neoplasia maligna é a que mais incide na população brasileira e é também responsável pelo maior número de mortes, inclusive quando se agrega a população masculina – advertiu Tião Viana, que acrescentou:

– Em cada nove mulheres, uma deverá contrair câncer de mama. Em 1996, foram 6.450 casos de óbito, junto a uma estimativa de 29.310 casos de incidência de câncer de mama em 1997.

Os senadores Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR), Marluce Pinto (PMDB-RR), Geraldo Althoff (PFL-SC), Luiz Estevão (PMDB-DF) e Gilvam Borges (PMDB-AP) também se manifestaram em apoio ao projeto.

Obras do TRT de São Paulo serão investigadas

CPI do Judiciário decide convocar para depor na segunda-feira auditor do TCU que apurou denúncia sobre irregularidades na construção dos edifícios-sede das juntas de conciliação e julgamento da capital paulista



A comissão decidiu ainda convocar, para depoimento, a presidente do Basa e um funcionário do TRT da Paraíba

Em sua primeira reunião de trabalho, no início da noite de ontem, a CPI do Judiciário concordou com sugestões do seu relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), e convocou para depoimentos a presidente do Banco da Amazônia (Basa), Flora Valadares; o técnico judiciário Antônio de Pádua Leite, funcionário do Tribunal Regional do Trabalho (TRT) da Paraíba; e o auditor do Tribunal de Contas da União (TCU), Paulo Tarso Damásio de Oliveira.

Foram aprovados ainda vários requerimentos requisitando informações de tribunais, de cartórios e de investigações do Ministério Público.

A presidente do Basa, que prestará depoimento às 18h da próxima terça-feira, foi convocada porque o banco chegou a ser condenado a pagar a astronômica cifra de R\$ 81 bilhões em uma ação movida por ex-donos de uma madeireira que foi à concordata. Esse valor equivale a 33 vezes o orçamento do estado do Pará. A CPI quer conhecer em detalhes a ação e até mesmo os critérios usados pela Justiça para chegar a esse valor.

Já o técnico judiciário Antônio de Pádua Leite foi o autor da denúncia de irregularidades na contratação de funcionários, inclusive parentes de juizes, no TRT da Paraíba. Antônio será ouvido pelos senadores da CPI às 10h de segunda-feira.

O auditor do TCU Paulo Tarso Damásio de Oliveira, o terceiro convocado, foi o funcionário do governo que analisou todos os procedimentos que envolveram a Justiça do Trabalho de São Paulo na licitação e contratação das obras do edifício-sede das juntas de Conciliação e Julgamento da capital paulista. Seu depoimento foi marcado também para as 10h de segunda-feira.

SUPERFATURAMENTO

Essas obras, conforme o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, autor do requerimento de criação da CPI do Judiciário, já custaram R\$ 230 milhões e o prédio ainda não ficou pronto.

O Ministério Público Federal em São



Souto requisitou vários documentos para subsidiar os trabalhos da CPI

Paulo abriu inquérito para apurar denúncias de superfaturamento na contratação das obras e chegou a pedir a quebra de sigilo bancário e indisponibilidade de bens de dois juizes do TRT-SP e da empresa Incal Incorporações (inclusive seus sócios).

A CPI requisitou todas as informações, até mesmo de cartórios, sobre os negócios da Incal Incorporações com o TRT-SP.

CONTRATAÇÕES

Em sua primeira reunião, a CPI decidiu ainda requerer ao Tribunal de Contas da União a realização de uma auditoria na área de pessoal do Tribunal Regional do Trabalho do Maranhão, verificando a existência ou não de contratação sem concurso público e de pagamento indevido de diárias. O TCU irá ainda se certificar se são corretas as denúncias de que parentes dos juizes e diretores do TRT-MA foram nomeados para cargos em comissão.

A CPI decidiu solicitar também ao Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba documentos e esclarecimentos sobre a compra, sem licitação pública e por um preço acima do de mercado, de uma casa destinada à instalação da Junta de Conciliação e Julgamento com sede em Mamanguape, recusando a oferta do prefeito da cidade de um terreno gratuito para construção do prédio.

O roteiro de trabalho apresentado pelo relator Paulo Souto prevê, além da requisição de documentos, a realização de diligências pela própria CPI, com viagens de senadores aos estados onde teriam ocorrido as irregularidades.

Paulo Souto informou aos integrantes da CPI (11 titulares e 7 suplentes) que, além das centenas de denúncias em poder da comissão, e apesar de não constarem do requerimento que originou a CPI, "não cessam de chegar" ao Senado novos documentos com fatos que envolveriam irregularidades em tribunais. A assessoria da CPI está analisando e catalogando todas as denúncias e, se for o caso, o relator submeterá os fatos aos senadores, para possíveis investigações.

ACM garante que apuração será ampla

Depois de assistir à reunião da Comissão Parlamentar de Inquérito que investiga denúncias de irregularidades no Judiciário, o presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, afirmou que a CPI vai trabalhar sem interferir nas funções da Justiça, mas investigando todas as denúncias de maneira ampla.

– A CPI não vai interferir nas decisões do Judiciário, mas investigará porque se produziram decisões como a de pagar R\$ 81 bilhões, valor equivalente ao orçamento de vários estados, a uma



Antonio Carlos

firma madeireira, mudando-se os cálculos para chegar a esse número. Isso tem que ser investigado, e quem for contra é porque quer encobrir a roubalheira – disse Antonio Carlos.

O senador garantiu que o trabalho da comissão abrangerá os fatos conexos que forem sendo revelados.

– Vamos fazer as investigações com a maior amplitude, sem limitar exclusivamente aquilo que é determinado no requerimento. Tudo que tiver ligação com o fato determinado também será investigado. Quanto mais ampla for a

investigação, melhor para o Judiciário e para o povo brasileiro – esclareceu.

Antonio Carlos observou que as acusações de inconstitucionalidade levantadas contra a CPI não tinham fundamento, tanto que nem a Ordem dos Advogados nem a Associação dos Magistrados entraram com recurso junto ao Supremo Tribunal para tentar inviabilizar a instalação da comissão.

O presidente do Senado elogiou o roteiro apresentado pelo relator, senador Paulo Souto (PFL-BA), e também a decisão da CPI de começar a ouvir os depoentes na segunda-feira, demonstrando a intenção de imprimir celeridade ao processo.

Técnico falará sobre nomeações irregulares

O técnico judiciário Antônio de Pádua Leite, a primeira pessoa que a CPI do Judiciário irá ouvir, às 10h da próxima segunda-feira, é o autor das denúncias de nomeações irregulares e contratação de parentes de juí-

zes e diretores (nepotismo) do Tribunal Regional do Trabalho da Paraíba (TRT-PB). Após as denúncias, ele recebeu várias ameaças de morte e se encontra sob proteção da Polícia Federal.

As denúncias originaram, em

1990, uma ação popular, as nomeações e contratações foram anuladas em primeira instância e o processo, em grau de recurso, encontra-se no Tribunal Regional Federal da 5ª Região, em Recife. O Ministério Público Federal também apresentou ação civil pública para anular 565 contratações que seriam irregulares e obteve êxito, em primeira instância.

Existem ainda denúncias de que teriam ocorrido no TRT-PB transferências, nomeações e requisições irregulares de servidores e nomeações de pessoas para o cargo de juiz classista em desacordo com a lei. A CPI decidiu requisitar ao tribunal a relação de todos os ocupantes de cargos em comissão e servidores efetivos desde a instalação do TRT, com a menção ao grau de parentesco de

cada um deles com membros do tribunal e das juntas de conciliação sob sua jurisdição e respectivos diretores.

A CPI quer ainda do TRT-PB a relação dos seus juizes, desde sua instalação, com os nomes dos pais, filhos e esposas. De posse dessas informações, a assessoria da comissão irá cruzar todos os nomes, para verificação de parentesco.

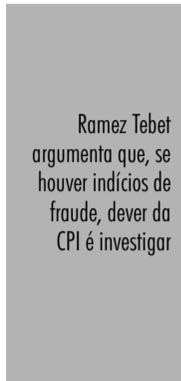
Senado decide que pode discutir indenizações

Comissão que investiga denúncias de irregularidades no Judiciário se considera competente para analisar decisões que resultaram em compensações milionárias. Presidente da CPI não vê interferência em outro poder

A discussão sobre a competência do Senado para analisar indenizações milionárias concedidas pela Justiça dominou os debates de ontem na CPI do Judiciário. O senador Ramez Tebet (PMDB-MS), presidente da comissão, disse que o Senado tem competência para apreciar o assunto, não constituindo interferência nas atribuições de outro Poder. "Se houver indícios de fraude, não podemos deixar de investigar. Afinal, os valores das indenizações causam espécie", justificou Tebet.

Com o voto contrário do senador José Eduardo Dutra (PT-SE), a comissão aprovou requerimento de convocação de Flora Valadares, presidente do Banco da Amazônia (Basa), instituição condenada pela Justiça do Pará a pagar indenização de R\$ 81 bilhões, conforme informou o senador Paulo Souto (PFL-BA), relator da CPI (*leia detalhes na matéria abaixo*). A decisão significa que a comissão se considera competente para investigar abusos na concessão de indenizações.

O caso do Basa exemplifica um dos



Ramez Tebet argumenta que, se houver indícios de fraude, dever da CPI é investigar



itens arrolados no requerimento de instalação da CPI do Judiciário. O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, autor do requerimento, refere-se a "casos de vultosas indenizações calculados com o intuito de lesar o erário". O relator da CPI garantiu que não será discutido o mérito de sentenças judiciais:

– O objetivo é analisar tão-somente casos aparentemente gritantes e certi-

ficar-se da exatidão de cálculos que levaram a valores exorbitantes, até mesmo para verificar a necessidade de propor modificações nas atuais disposições legais – observou Paulo Souto.

O senador José Eduardo Dutra discordou do relator, alegando que a proposta de se debruçar sobre o cálculo das indenizações contém "juízo de valor sobre decisões do Judiciário", o que, na sua opinião, não es-

taria entre as prerrogativas constitucionais do Senado:

– No caso do Banco da Amazônia, o relator afirma que foram desconhecidos os agravos impostos pelo banco e indeferido o pedido feito pela União. Isso constitui juízo de valor sobre o mérito da sentença. Além disso, o caso encontra-se na primeira instância, aguardando a decisão definitiva da Justiça – afirmou o senador petista, ao justificar seu voto contrário à análise do caso.

Discordando da posição de Dutra, o senador Maguito Vilela (PMDB-GO) argumentou que as sentenças judiciais limitam-se a decisões de mérito, enquanto os cálculos de indenizações cabem aos peritos judiciais. Maguito acrescentou que o Banco da Amazônia trabalha com recursos federais, "justificando a apreciação do caso pelo Senado, através desta CPI". Opinião semelhante manifestou o senador Djalma Bessa (PFL-BA). Para ele, o cálculo de indenizações não faz parte das funções judicantes, própri-

as do Poder Judiciário. "O que se pretende examinar é como se chegou a esse valor", salientou.

Também preocupado com o uso de recursos federais pelo Basa, o senador Gerson Camata (PMDB-ES) defendeu a proposta do relator, frisando que o trabalho da CPI será centrado nos critérios "que possibilitam indenizações em valores tão absurdos".

Na mesma reunião, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) questionou a competência do Senado para apreciar irregularidades no âmbito da Justiça estadual. A dúvida, segundo Jefferson, faz parte do rol de questões preliminares que deveriam ser decididas antes do início das investigações pela CPI:

– Temos que delimitar o campo de atuação desta comissão e saber se as investigações na Justiça estadual não ferem a autonomia dos estados – comentou o senador, citando dispositivos da Constituição e do Regimento Interno do Senado que reservariam essas prerrogativas às assembleias legislativas – disse o senador.

Caso do Basa seria exemplo de cálculos feitos para "lesar o erário"

Um dos casos de "indenizações calculadas com o intuito de lesar o erário", o processo que condenou o Banco da Amazônia a indenizar a Sociedade Anônima Brasileira da Indústria da Madeira (Sabim) impressiona pelos valores extremamente altos. De acordo com o cálculo efetuado por peritos contábeis da Justiça do Pará, a indenização devida pelo Basa chega a R\$ 81 bilhões, o que, segundo o relator da CPI do Judiciário, Paulo Souto, representa, por exemplo, quatro vezes o patrimônio da Petrobras, a maior empresa do Brasil.

O caso tem início em 1965, quando a Sabim teve aprovado projeto para se beneficiar de vantagens fiscais na exploração madeireira. Três anos depois, o projeto foi cancelado pelo governo devido à má aplicação dos incentivos pela empresa, que por isso se viu obrigada a pedir concordata preventiva. Logo após, foi decretada a falência e nomeado o Basa como síndico da massa falida.

A questão na Justiça refere-se à prestação de contas apresentada pelo Basa durante os dez anos que atuou como síndico. A Justiça paraense impugnou a prestação e condenou o banco, por não ter sido zeloso com o patrimônio que lhe cabia administrar. A sentença, de 1981, determinava uma indenização de cerca de 300 milhões de cruzeiros, a moeda da época. O banco apelou da decisão, que foi confirmada pelo Tri-

bunal de Justiça. Os advogados do banco apresentaram então recurso extraordinário ao Supremo Tribunal Federal, pedindo a nulidade do processo. O STF, seguindo parecer do Ministério Público, manifestou-se favoravelmente ao Basa e decretou a nulidade da sentença.

A madeireira pediu que fosse dada nova sentença e mesmo antes do julgamento do agravo de instrumento (recurso anterior à sentença) apresentado pelo Basa, foram nomeados dois peritos para atualização dos laudos. Feitos novos cálculos, chegou-se ao valor de R\$ 543 milhões em outubro de 1996.

A sentença, publicada em 12 de fevereiro de 1998, acrescentou a este valor juros compensatórios de 12% ao ano, juros de mora de 6% ao ano, 1% como honorários do perito e 10% de honorários de advogados, perfazendo a quantia de R\$ 81 bilhões. Depois da publicação da sentença, houve uma série de medidas tomadas pelo banco com o intuito de sustar a cobrança da dívida. Em 30 de junho do ano passado, os autos continuavam na primeira instância para encaminhamento à superior.

Tendo vista os impressionantes números que envolvem o caso, o relator da CPI vai requisitar cópias dos autos e de todos os laudos contábeis, além de nova perícia, sobretudo dos bens imóveis que respondem pela quase totalidade do valor final da condenação.

Na CPI, senadores têm poderes de promotores e de delegados

Está na Constituição: senadores e deputados que participam de Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) têm poderes de investigação "próprios das autoridades judiciais". Em outras palavras, eles investigam com poderes dos promotores públicos e da polícia civil (delegados).

Qualquer autoridade do governo ou cidadão convocado é obrigado a comparecer perante a CPI e prestar depoimento sob juramento. Em caso de alguma recusa, a CPI pedirá a um juiz que a polícia leve o cidadão para o depoimento. Se preciso, até mesmo algemado, seja ele testemunha ou acusado.

Para que seja criada uma CPI, um terço dos senadores (ou deputados) deve assinar o requerimento, o qual deve mencionar todos os fatos denunciados para investigação. Ao pedir a CPI para investigar denúncias de irregularidades no sistema financeiro, o senador Jader Barbalho (PMDB-PA), por exemplo, apresentou oito fatos para investigação.

Ao final do prazo determinado, geralmente 120 dias, o relator da CPI apresenta um relatório para votação dos parlamentares que compõem a Comissão. As conclusões, se for o caso, são encaminhadas ao Ministério Público, para que abra processo judicial por responsabili-



Volumes de denúncias para a CPI: trabalho de 120 dias mistura as atribuições de promotores de justiça e de agentes policiais

dade civil ou criminal dos infratores.

Nos últimos anos, o Senado fez várias CPIs, a mais conhecida delas destinada a apurar denúncias de atuação ilegal de Paulo César Farias, ex-tesoureiro de campanha de Fernando Collor de Melo. A CPI acabou levando o plenário do Senado a votar pelo *impeachment* do então presidente da República. Fernando Collor foi afastado do poder em dezembro de 1992, menos de três meses depois de instalada a CPI.

Também teve grande repercussão no país a CPI de senadores e deputados que investigou denúncias de irregularidades na votação do orçamento do país, em 1994. Ela ficou conhecida como "CPI dos anões", porque alguns

dos acusados de manipulação de verbas orçamentárias, entre eles o então deputado João Alves, tinham baixa estatura física. No final, mais de uma dezena de deputados ou foi cassada ou renunciou antes, para fugir da suspensão dos direitos políticos.

Em 1996, o Senado voltou a criar uma CPI, que investigou denúncias de emissão irregular, por parte de governadores e prefeitos, de títulos públicos destinados ao pagamento de precatórios (dívidas cobradas judicialmente). Ela indiciou várias pessoas envolvidas no lançamento irregular dos títulos e suas conclusões foram enviadas ao Ministério Público, para as ações judiciais.

Francelino celebra Fernanda Montenegro

Para o senador mineiro, homenagem à atriz de *Central do Brasil*, condecorada com a Ordem Nacional do Mérito, é mais que merecida e o cinema brasileiro mostrou o seu valor com filme de Walter Salles Jr.



Francelino diz que cinema brasileiro, desenvolvido como arte, precisa crescer como indústria

Celebrando a entrega pelo presidente Fernando Henrique Cardoso da Grã-Cruz da Ordem Nacional do Mérito à atriz Fernanda Montenegro, o senador Francelino Pereira (PFL-MG) afirmou ontem que essa foi uma homenagem mais que merecida, visto que ela foi não somente a primeira artista brasileira a concorrer ao Oscar, como a primeira latino-americana.

Ele informou que, na semana passada, o filme *Central do Brasil*, de Walter Salles Jr., trouxe mais um importante prêmio para o cinema brasileiro – o *British Award*. Premiado na Inglaterra como melhor filme estrangeiro, o filme brasileiro desta vez derrotou *A Vida*

é Bela, de Roberto Benigni. Para o senador, esse foi o maior reconhecimento do cinema inglês a um filme estrangeiro e veio confirmar a experiência de Walter Salles Jr. e Fernanda Montenegro na disputa pelo Oscar, assim como o entendimento de ambos de que o prêmio norte-americano depende mesmo é de *marketing*.

– Essa avaliação de Fernanda e Walter é a expressão prática de um momento muito especial para a cinematografia brasileira. Digo que sua expressão é prática porque eles estiveram lá e falam por experiência própria, direta – disse o parlamentar.

Na opinião de Francelino Pereira,

esse é um momento muito especial porque vai se tornando cada vez mais clara, tanto para os que trabalham no setor cinematográfico quanto para os que o estudam, uma preocupação não só com o cinema enquanto arte, mas também com o cinema enquanto indústria:

– Isso quer dizer que os dois tipos de cinema precisam um do outro. Quer dizer que, para o cinema brasileiro desenvolver-se enquanto arte, ele precisa desenvolver-se também como indústria. Essa síntese vale para o cinema de qualquer país e de todos os países, vale para o cinema como um todo – afirmou.

Hartung condena guerra na Europa

O senador Paulo Hartung (PSDB-ES) classificou a escalada do conflito na Jugoslávia como um evidente retrocesso para a União Européia no momento em que ela se consolida com o sucesso do euro, que classificou como a mais bem-sucedida operação político-diplomática do século. Ele sustentou que, se as lideranças mundiais não encontrarem uma saída diplomática para o conflito, o sofrimento estará longe de acabar:

– As cenas mostradas na tevê banalizam os bombardeios da Otan, a marcha dos refugiados albaneses e o protesto da população sérvia. A barbárie não justifica a escalada militar norte-americana e a radicalização nacionalista sérvia no Velho Continente. O mundo bem que poderia fechar o milênio sem mais essa guerra na Europa – defendeu o senador.

Hartung disse que todos sabem que não existe solução militar para as rivalidades da região, onde sérvios e



Hartung: “Não é possível que diálogo tenha sido substituído pelas armas na Europa”

albaneses continuarão mantendo suas velhas diferenças étnicas, que tiveram origem há mais de 500 anos com a dominação turco-otomana na região dos Balcãs.

Para o senador, o que está aconte-

cendo agora nesta guerra é que as potências mundiais unem-se “como polícia do mundo para dar castigo aos sérvios, porque eles maltratam albaneses pela intolerância étnica. A Europa está em guerra e, o pior de tudo, não sabe o que fazer com ela”.

Os atos praticados pelo governo de Milosevic, em Kosovo, são condenados por todos, afirmou Hartung, observando, no entanto, que em vez da utilização da força militar, colocando em risco milhares de vidas, seria correto e menos trágico usar a diplomacia:

– Não é possível acreditar que, no coração do Velho Mundo, o diálogo seja substituído pelas armas. O que muita gente se pergunta é se questões complexas como essa são passíveis de serem resolvidas com uso de bombas lançadas, muitas vezes, sobre a população que se diz querer proteger. Desta vez, a escolhida foi a Jugoslávia e ninguém sabe onde esse conflito vai parar – desabafou o senador.

PROGRAMAÇÃO



TV SENADO

HOJE

6h55 – Senado em Pauta
7h – Saúde Todo Dia – Ginástica Natural
7h30 – Especial Unip – Depressão da Mulher – 2ª parte
7h55 – Senado em Pauta
8h – Saúde Todo Dia – Judô
8h30 – Jornal do Senado
8h55 – Senado em Pauta
9h – Cores do Brasil – Diamantina
9h30 – Entrevista – O senador Jefferson Péres fala sobre projeto de incentivo ao idoso
10h – Sessão Plenária (ao vivo)
Logo após – CPI que apura irregularidades nas instituições financeiras
14h30 – Sessão Plenária (reapresentação)
18h30 – Comissão de Assuntos Sociais (gravada em 14/04/99)
20h30 – Entrevista – O senador Jefferson Péres fala sobre projeto de incentivo ao idoso
21h – Jornal do Senado
21h15 – Debate – O pediatra Márcio Lisboa e o

psiquiatra José Outeiral falam sobre a violência infanto-juvenil

21h55 – Senado em Pauta
22h – Sessão Plenária (reapresentação)

RÁDIO SENADO

HOJE

08h – Agenda Senado
Em seguida – Música e informação
10h – Sessão Plenária do Senado (ao vivo)
Em seguida – Música e informação
14h30 – Sessão Plenária (reprise)
Em seguida – Música e informação
19h – “A Voz do Brasil”
Em seguida – Música e informação
20h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Nordeste”
Em seguida – Música e informação
21h – “Senado em Linha Direta – Edição Norte/Centro-Oeste”
Em seguida – Música e informação
21h30 – “Senado em Linha Direta – Edição Sul/Sudeste”
Em seguida – Música e informação

COMO SINTONIZAR

TV SENADO

Informações de recepção de sinal para usuários de antena parabólica

- Satélite - B1
- Transponder - 1 BE (Banda Estendida)
- Polarização: Vertical
- Frequência RX (Banda - L) - 1505,75 hz
- Antena - 3,6 m LNB
- Receptor de Vídeo/Aúdio Digital NTSC MPEG2 DVB
- Symbol 3,2143MS-S
- SEC 3/4
- Fornecedor: COMSAT - Fone: (019) 772 9600

Informações para repetidoras e operadoras de TV a cabo

- NET BsB - canal 7
- SKYNET - canal 30
- DirecTV - canal 163

RÁDIO SENADO FM

Informações para usuários do sistema Rádio/Sat Digital

Equipamentos necessários:

- Antena parabólica tipo TVRO (telada) de 2,85 m (mínimo) banda C
- Receptor ABR 200, ComStream
- LBN DRO ComStream
- 60 metros (no máximo) de cabo coaxial RG-11, com conectores tipo F

Informações técnicas:

- Frequência de recepção: Banda L 1.465,600 Mhz
- Satélite: Brasilsat B2
- Polarização: Vertical (RX)
- Modo: Joint-Stereo
- Taxa: 128 Kbps-BPSK
- Programação ABR: CC,1,11465600,256000,0 FD 1,17,1,7

Violência infanto-juvenil é debatida na TV Senado

A violência se instala na criança até os seis anos de idade. É mais fácil formar indivíduos não violentos do que acabar com o narcotráfico, por exemplo, ou com outras formas de violência. Essa é a opinião do médico pediatra Márcio Lisboa que participou do programa *Debate*, da TV Senado, que irá ao ar hoje às 13h30 e 21h15.

Para o dr. José Outeiral, psiquiatra que participou do debate, a violência também se forma na adolescência. Em São Paulo, o homicídio é a maior causa das mortes entre pessoas de 10 a 15 anos de idade. Em segundo lugar, vêm os acidentes e, em terceiro, o

suicídio. “O programa mais importante contra a violência se chama planejamento familiar. A criança que nasce mal amada, que os pais não querem, já começou a vida dando um passo para ter comportamento anti-social.” O pediatra acha possível mudar a cabeça de meninos com 14/15 anos e com antecedentes criminais. “Mas é preciso criar uma UTI social, que é muito mais cara do que uma UTI médica.” Outeiral completa dizendo que o custo mensal de um presidiário equivale ao custo/mês das merendas para uma escola com 100 crianças.

Jefferson explica proposta para sistema financeiro

Pela Constituição, todo o sistema financeiro nacional deve ser regido por uma lei complementar. Essa lei trataria desde a organização do Banco Central até os recursos financeiros relativos a programas regionais, mas nunca foi votada.

O senador Jefferson Péres (PDT-AM), relator de uma proposta de emenda constitucional sobre o tema, defende, em entrevista à TV Senado, que o sistema financeiro seja regulamentado por diversas leis. O programa vai ao ar hoje, às 9h30, 12h30, 18h30 e 20h30.

O senador destaca ainda que sua emenda prevê a eliminação do dispositivo que fixa um teto para os juros na casa dos 12% ao ano. “Nenhuma Constituição no mundo estabelece teto para juros. É um assunto muito complicado.”



Ronaldo: objetivo é dar respaldo legal para punir os responsáveis

Projeto de Ronaldo pune dono de cão agressor

Casos recentes de pessoas agredidas por cães ferozes motivaram o senador Ronaldo Cunha Lima (PMDB-PB) a apresentar projeto de lei punindo os proprietários dos animais. Pela proposta, o proprietário, possuidor ou responsável pelo animal é equiparado, para fins de responsabilidade penal, ao agente que comete o crime de lesão corporal.

— A sociedade brasileira tem assistido a uma sucessão infundável de casos, sem que o proprietário, possuidor ou responsável, por desleixo, desatenção ou mesmo irresponsabilidade, receba a devida punição pela lesão corporal causada pelo animal — argumenta o senador.

Ronaldo entende que o animal deve ser visto como um instrumento do delito, cabendo ao proprietário cuidar para que permaneça afastado das pessoas que pode ofender, mantendo-o em canil, ou fazendo com que porte focinheira ou outros instrumentos de segurança.

— A intenção é dar o respaldo legal para que o Poder Judiciário possa apenar os responsáveis. Com isso, tem-se um instrumento não apenas para a repressão, mas também para a educação da sociedade — afirmou.

Outro projeto do senador, ainda no Direito Penal, altera dispositivos do Código de Processo Penal, possibilitando o efeito suspensivo contra sentença claramente contrária a decisão do Supremo Tribunal Federal. De acordo com seu autor, a proposta segue modelo já aprovado pelo Senado que abre a possibilidade de o Supremo instituir o efeito vinculante às suas decisões.

Ambos os projetos serão analisados em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania. Assim, caso sejam aprovados e não recebam recurso de nove senadores, os projetos seguem para apreciação da Câmara dos Deputados, sem necessidade de análise pelo plenário do Senado.

Luiz Estevão propõe programa para complementar alimentação de carentes

Senador lembra que a Constituição prevê, como um dos objetivos fundamentais da nação, o esforço para erradicar a pobreza e reduzir as desigualdades sociais

Argumentando que é responsabilidade do Estado apoiar a população sem condições de sobrevivência, o senador Luiz Estevão (PMDB-DF) apresentou projeto de lei instituindo o Programa de Complementação Alimentar às Famílias Carentes (Proalimentar). A iniciativa consiste na distribuição diária de pão e leite às famílias necessitadas que possuam crianças com idade entre seis meses e seis anos, e às mulheres gestantes e nutrízes.

O projeto prevê também a distribuição mensal de uma cesta básica de alimento às famílias cuja renda não seja superior a meio salário mínimo. E autoriza o governo federal a celebrar convênios com estados, municípios e entidades assistenciais sem fins

Luiz Estevão quer a distribuição diária de pão e leite a famílias sem recursos



lucrativos, para o fornecimento de produtos e o gerenciamento do Proalimentar junto às famílias cadastradas.

O senador justificou que a própria

Constituição determina que um dos objetivos fundamentais da nação é a erradicação da pobreza e da marginalização, assim como a redução das desigualdades sociais. Ele apontou

ainda na Constituição a exigência de proteção à maternidade, à gestante e ao trabalhador desempregado. E salientou que o Brasil não pode continuar a investir em soluções meramente paliativas para corrigir efeitos sociais de políticas pouco densas e esparsas: “O que se pretende, com esse projeto, é a busca de soluções para a raiz do problema, com benefícios a serem alcançados a longo prazo”.

Luiz Estevão informou que a iniciativa representa a reedição, em âmbito nacional, de proposição sua aprovada pela Câmara Distrital do DF.

Em sua opinião, essa providência será capaz de auxiliar a população carente de forma estruturada, “distante de fisiologismos e condições clientelistas”.

Jefferson defende incentivo a quem tiver empregados com mais de 40 anos

No propósito de ampliar o mercado de trabalho das pessoas mais velhas, o senador Jefferson Péres (PDT-AM) apresentou projeto de lei instituindo incentivo fiscal para os empregadores que possuam pelo menos 30% dos seus empregados com idade superior a 40 anos. O projeto estabelece que o percentual será calculado exclusivamente sobre os salários inferiores a R\$ 3 mil.

A iniciativa prevê que os empregadores com esse percentual de empregados de mais de 40 anos poderão deduzir do lucro tributável, para fins de cálculo de



Jefferson Péres

imposto de renda, até 25% do montante dos salários e encargos sociais. Isso, desde que observado o limite de 15% do lucro antes de computada a referida dedução. Se aprovada, essa lei produzirá efeitos tributários a partir do ano-base subsequente.

Em sua justificativa, Jefferson afirma que a estrutura etária da população brasileira mudou sensivelmente nas duas últimas décadas, graças ao declínio da natalidade e ao aumento da longevidade, que fizeram cair o peso dos jovens e elevaram o dos idosos no universo popula-

cional. Ele citou gerontologistas para sustentar que de pouco vale uma vida mais longa se isso não significa viver bem, se o mercado de trabalho fechar-se para homens e mulheres só porque dobraram a barreira dos 40 anos.

No entender do senador, nada indica que haverá reversão espontânea na política das empresas de excluir de seus quadros as pessoas mais velhas. “Como nos próximos 30 anos continuará o alargamento da pirâmide etária no meio e no topo, o problema da marginalização dos idosos vai adquirir contornos dramáticos, se medidas não forem tomadas com o objetivo de estimular as empresas a mudar a política de pessoal”, afirmou.



Para Patrocínio, condenado com recursos financeiros deve pagar despesas do presídio

Patrocínio sugere que condenado pague despesas

O preso ou condenado que dispõe de recursos financeiros próprios deverá ressarcir o Estado pelas despesas com ele efetuadas durante sua permanência no presídio, conforme estabelece projeto apresentado pelo senador Carlos Patrocínio (PFL-TO). A proposta, que altera a Lei de Execução Penal, determina que o produto dessa arrecadação reverterá para a manutenção e a melhoria dos estabelecimentos penais.

Ao justificar o projeto, que será examinado em caráter terminativo pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), Patrocínio argumenta que, embora a maioria dos criminosos seja formada por pobres, há também os ricos, que podem arcar com a reparação pecuniária imediata dos danos causados à sociedade e também com as despesas que derivam de sua permanência nos presídios.

— Entre os últimos, estão os criminosos “de colarinho branco”, os banqueiros do jogo do bicho, os envolvidos com o narcotráfico — relacionou.

Valadares quer fixar prazo para divulgação de pesquisas eleitorais

A divulgação de pesquisas eleitorais só poderá ser realizada até oito dias antes do pleito, conforme projeto apresentado pelo senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE). No segundo turno, esse limite seria reduzido para três dias. A proposta modifica a lei eleitoral de 30 de setembro de 1997 e deverá ser apreciada pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania em caráter terminativo.

Para Valadares, a limitação não viola os dispositivos constitucionais que garantem a livre manifestação de pensamento, criação, expressão e informação, dado que a própria Constitui-

ção restringe a liberdade dos meios de comunicação ao determinar que a programação de emissoras de rádio e televisão deve obedecer aos princípios éticos e sociais de respeito à pessoa e à família.

Além disso, argumenta o senador, é preciso estabelecer meios de evitar abusos na divulgação dos resultados de pesquisas eleitorais, “principalmente porque elas interferem profundamente na formação da vontade do cidadão, em especial do menos infor-



Valadares

mado, menos participativo, que, infelizmente, ainda constitui a maioria do eleitorado brasileiro”.

Valadares também salienta, na justificativa do projeto, as recorrentes denúncias de fraude na divulgação de pesquisas, tanto que, após o último pleito, vários parlamentares propuseram a constituição de uma comissão parlamentar de inquérito para investigar a ação dos institutos de pesquisa.

Suplicy elogia início da investigação dos bancos

Ao apoiar roteiro apresentado pelo relator da CPI do Sistema Financeiro, senador afirma no plenário que o primeiro dia de atividade da comissão mostrou disposição de seus integrantes de realizar um trabalho sério

Ao registrar a instalação e primeiro dia de funcionamento da Comissão Parlamentar de Inquérito proposta pelo senador Jader Barbalho (PMDB-PA), destinada a investigar possíveis irregularidades no sistema financeiro nacional, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) elogiou a condução dos trabalhos e afirmou ter percebido a disposição dos membros da CPI de realizar um trabalho sério.

O senador por São Paulo elogiou o roteiro de trabalho apresentado pelo relator da CPI, senador João Alberto (PMDB-MA), e comentou que o documento incluiu muitas das providências que ele pretendia requerer junto com o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) e a senadora Emilia Fernandes (PDT-RS). Também classificou como "positiva" a atitude, não apenas do relator, mas dos demais membros da comissão, de acatar todas as sugestões formuladas pela oposição.

— Também foi aceito consensualmente pelos membros da comissão nosso requerimento pedindo que sejam transferidos à CPI os sigilos bancário, fiscal e telefônico dos presidentes e componentes das diretori-



Para Suplicy, as suspeitas de irregularidades no sistema financeiro crescem a cada dia

as dos bancos Marka e FonteCindam e de todos os fundos por eles geridos — informou Suplicy.

Na opinião do senador petista, a cada dia que passa cresce o número de suspeitas de irregularidades que deverão ser apuradas pela comissão. Ele observou que, tal como ocorreu na CPI que resultou no afastamento do presidente Fernando Collor, na do Orçamento e na dos Precatórios, a população já está começando a colaborar através do fornecimento de informações aos membros da comissão.

Suplicy citou especificamente o testemunho ouvido pelo senador Roberto Requião (PMDB-PR) dando conta de um possível envolvimento entre o ex-presidente do BNDES no governo Fernando Collor, Eduardo Modiano, e o seu ex-sócio na empresa de consultoria financeira Macrométrica e ex-presidente do Banco Central, Francisco Lopes. A informação passada ao senador pelo Paraná, segundo Suplicy, foi de que, quando houve a mudança cambial, em janeiro, Modiano e Lopes se encontraram em uma churrascaria no Rio de Janeiro, ocasião em que foi acertada a venda de dólares a preço inferior ao praticado pelo mercado naquele dia.

Em aparte, o senador Roberto Saturnino concordou com Suplicy em que a primeira reunião da CPI havia deixado uma impressão positiva. Ele confessou que, baseado em investigações anteriores do Congresso que não foram bem-sucedidas, diante de notícias veiculadas pela imprensa e ao observar a resistência de senadores governistas em que a CPI fosse mista, tinha uma certa suspeição sobre se os fatos seriam realmente apurados.

Luiz Otávio quer esclarecer se a Vale cumpre suas obrigações

Em pronunciamento feito ontem da tribuna do plenário, o senador Luiz Otávio (PPB-PA) anunciou que solicitará a presença no Senado do secretário da Receita Federal, Everardo Maciel, para prestar informações quanto às obrigações da Companhia Vale do Rio Doce frente ao governo. O senador quer saber sobre o recolhimento do INSS e do FGTS, que, segundo informações que obteve, a companhia não estaria realizando. Para Luiz Otávio, "é voz comum, independente de partido, que a Vale não recolhe impostos e não arca com suas obrigações".

O senador se referiu a matéria do *Jornal Nacional* de sábado passado, que apresentou crianças mutiladas por uma indústria artesanal na cidade de Baitetuba, no Pará. Ele considerou importante a denúncia, mas disse que deveria haver um aprofundamento na questão, mostrando por que se chegou a essa situação. Em sua opinião, empresas que exploram a região sem nada

oferecer para o desenvolvimento local contribuem para esse quadro. Segundo Luiz Otávio, a atuação da Vale exemplifica essa tese, no momento atual. Ele afirmou que antes de sua privatização havia o compromisso do governo de investir US\$ 1 bilhão no Projeto Salobo, fundamental para a extração do cobre, e que agora os "tubarões da Vale" dizem não ter condições de cumprir.

Para o senador, enquanto as empresas dilapidam as riquezas do Pará, cabe ao estado enfrentar essa herança de destruição. O governador Almir Gabriel, destaca o senador, "tem investido em infra-estrutura, recuperado sua malha viária, vem saneando o estado e introduzindo energia elétrica em todos os municípios". Luiz Otávio ressalta que seu pronunciamento tem o objetivo de apontar problemas e procurar soluções. Para ele, se, por exemplo, o Banco da Amazônia não contribui para o desenvolvimento da região, deve-se discutir a utilidade de sua existência.



Luiz Otávio vai pedir a presença no Senado do secretário da Receita Federal

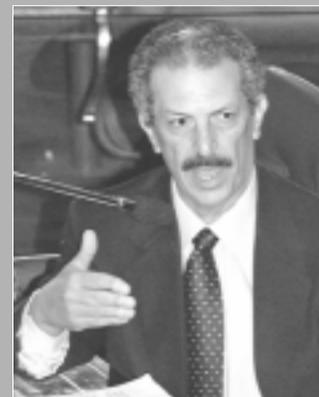
Em aparte, Ademir Andrade (PSB-PA) observou que as questões levantadas por Luiz Otávio são de vital importância, mas lembrou que a oposição alertou o governo sobre os problemas que este enfrentaria com as privatizações. Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) considerou importante discutir o papel desempenhado pelo Banco da Amazônia, citado por Luiz Otávio.

Tuma ouve João França e vai agora conversar com Osmar Dias

O corregedor do Senado, Romeu Tuma (PFL-SP), colheu ontem o depoimento do ex-senador João França, acusado de tentativa de suborno pelo senador Osmar Dias (PSDB-PR). O ex-senador, segundo Tuma, desmentiu a acusação, dizendo ter sido mal-interpretado, provavelmente por ser homem de poucas letras.

Tuma quer agora conversar com Osmar Dias, o que deverá fazer hoje, "para tomar conhecimento de outras circunstâncias que possam ajudar na investigação".

João França admitiu ter conversado com Osmar Dias no cafezinho do



Romeu Tuma diz que França negou tentativa de suborno

Senado no último dia 6 e ter defendido posição contrária à extinção da representação classista na Justiça do Trabalho, relatou o corregedor. O ex-senador também disse ter tomado conhecimento da denúncia de Osmar Dias no dia 9, pelo programa de televisão *Bom-dia Brasil*.

Conforme o relato de Tuma, ao desmen-

tir os termos em que a conversa foi noticiada, João França informou ter interpelado judicialmente Osmar Dias junto ao Supremo Tribunal Federal. O ex-senador também desmentiu que seja proprietário de um escritório de *lobby* em Brasília, segundo foi noticiado.

Ademir cobra implantação do projeto Cobre Salobo

O senador Ademir Andrade (PSB-PA) apresentou requerimento de informação à Mesa do Senado solicitando providências para que o ministro de Minas e Energia, Rodolpho Tourinho Neto, explique detalhes sobre a exploração de cobre no estado do Pará e a suspensão do projeto Cobre Salobo.

Entre outras indagações, Ademir questiona quais são as providências tomadas pelo ministério junto à Companhia Vale do Rio Doce para garantir a implantação do projeto Cobre Salobo. O senador lembrou que a companhia, antes de ser privatizada, havia assinado um protocolo com o governo do estado comprometendo-se com a implantação de uma usina de beneficiamento do cobre extraído de Carajás.

Ademir Andrade também registrou que o BNDES, em cartilha explicativa sobre o processo de privatização da Vale, igualmente havia divulgado que os investimentos previstos pela com-



Ademir Andrade pede que ministro explique suspensão de projeto da Vale do Rio Doce

panhia não seriam suspensos, havendo a possibilidade até de serem ampliados. O senador quer saber que punição poderá ser estabelecida à Vale caso não implante o projeto Cobre Salobo.

— As questões apresentadas ao ministro de Minas e Energia buscam esclarecer até que ponto o processo de privatização da Vale do Rio Doce resguardou os interesses da nação — explicou Ademir.

Botijões deverão ter lacre com data em que gás foi engarrafado

A Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem parecer do senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO) favorável a projeto de lei da Câmara que obriga as empresas distribuidoras de gás liquefeito de petróleo – gás de cozinha – a lacrar os bujões e fazer constar do lacre a data de engarrafamento e o peso do gás. A proposta, que agora será encaminhada à Comissão de Serviços de Infra-Estrutura, também exige que as empresas requalifiquem seus botijões a cada cinco anos e façam constar do botijão a data da requalificação.

De acordo com o projeto, as empresas terão um prazo de 180 dias para cumprir as novas exigências. No caso de descumprimento da lei, o projeto prevê que as empresas fiquem sujeitas a penalidades do Código de Defesa do Consumidor e às normas da Agência Nacional de Petróleo (ANP).

Eduardo Siqueira Campos admitiu que, apesar de nos últimos anos estar havendo um esforço geral para atender melhor o consumidor, “representando uma verdadeira revolução nas relações entre os consumidores e as empresas”, o setor responsável pela distribuição do gás de cozinha “mantém-se à margem dessa evolução”. O senador destacou que, de acordo com o projeto, as empresas têm a responsabilidade de verificar o estado geral dos botijões, as deformações na sua estrutura, o

grau de corrosão e o estado da pintura, sempre que forem recarregá-los.

CIGARROS E BEBIDAS

A senadora Heloísa Helena (PT-AL) apresentou parecer favorável ao projeto do senador Eduardo Suplicy (PT-SP) que estabelece restrições à propaganda de cigarro e bebidas alcoólicas, mas os senadores Gilvam Borges (PMDB-AP) e Marina Silva (PT-AC) solicitaram vista da matéria, no que foram atendidos pelo senador Djalma Bessa (PFL-BA), que presidia interinamente a CAS.

A comissão aprovou requerimento da senadora Heloísa Helena para a realização de audiência pública destinada à discussão dos problemas causados pelo consumo de bebidas alcoólicas e de fumo e da influência da propaganda sobre os hábitos da população, com a participação de representantes do Ministério da Saúde, do Conselho Nacional de Saúde, do Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas (Cebrid), do Conselho Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente (Conanda), da Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão, da Associação Brasileira de Empresas de Rádio e TV (Abert), da Secretaria de Direitos Humanos, da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e dos Alcoólicos Anônimos.



O plenário também decidiu ontem dedicar a sessão do próximo dia 29 ao Dia do Trabalho

Aprovados embaixadores nos Estados Unidos e em Cuba

Rubens Barbosa, atual embaixador brasileiro em Londres, servirá em Washington. Luciano Martins irá para Havana

O atual embaixador do Brasil na Grã-Bretanha, Rubens Antônio Barbosa, será o novo embaixador do Brasil nos Estados Unidos, em substituição a Paulo Tarso Flecha de Lima, que irá para a embaixada na Itália. O plenário do Senado aprovou a indicação do presidente da República ontem, por 56 votos a favor, quatro contra e quatro abstenções.

Os senadores aprovaram também a indicação do presidente da República para que o cientista político e sociólogo Luciano Martins de Almeida seja o representante do Brasil em Cuba. No momento, ele é assessor especial do presidente Fernando

Henrique Cardoso. Luciano recebeu 71 votos favoráveis e três contrários. Durante a discussão, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) recomendou a aprovação, lembrando que o indicado, durante a sabatina na Comissão de Relações Exteriores e Segurança Nacional, defendeu o fim do embargo dos EUA ao regime de Fidel Castro.

O novo embaixador nos EUA, Rubens Barbosa, iniciou a carreira diplomática em 1962 e exerceu diversos cargos na hierarquia do Ministério das Relações Exteriores, inclusive o de ministro interino da pasta. No exterior, serviu em Londres e no Uruguai.

Já Luciano Martins, que acumulará a embaixada em Cuba com a representação brasileira em Antígua e Barbuda, não pertence à carreira diplomática, dedicando-se à vida acadêmica na área de relações internacionais e ciência política. Ele é professor titular licenciado da Universidade Estadual de Campinas.

DIA DO TRABALHO

O plenário do Senado aprovou ainda requerimento encabeçado pelo senador Ademir Andrade (PSB-PA) para que o plenário dedique ao Dia do Trabalho a primeira hora da sessão do próximo dia 29, tendo em vista que o dia 1º de maio será feriado.

Alcântara destaca produção cultural de Antônio Houaiss

A morte do filólogo Antônio Houaiss empobreceu culturalmente o Brasil, privou os brasileiros da presença de um dos cidadãos mais respeitados do país e causou consternação no meio intelectual e lingüístico nacional. A afirmação foi feita pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE), para quem Houaiss era, sem dúvida, um trabalhador intelectual dos mais ativos que o Brasil conheceu.

– Homem de cultura notável, dedicava-se ao ofício das letras com paixão e tenacidade – definiu o senador.

Alcântara esclareceu que, quando da morte do filólogo, em



Lúcio Alcântara

7 de março último, havia registrado em poucas palavras a sua consternação pela perda de uma figura tão importante para a língua portuguesa e a cultura nacional. Por isso, retomava agora o tema.

O senador lembrou a vida de Houaiss, desde o tempo em que era professor no Rio de Janeiro, passando pela carreira diplomática e por sua atuação junto à Organização das Nações Unidas (ONU) e os problemas que enfrentou durante o regime militar – em 1964, foi compulsoriamente aposentado, cassado e teve seus direitos políticos suspensos por dez anos.

Plenário vota projeto que dá o nome de JK a aeroporto de Brasília

O plenário do Senado aprecia na manhã de hoje, em regime de urgência, projeto de lei de autoria do senador José Roberto Arruda (PSDB-DF) que dá o nome do ex-presidente Juscelino Kubitschek ao Aeroporto Internacional de Brasília. O senador Álvaro Dias (PSDB-PR) deu parecer favorável à matéria na Comissão de Educação. A discussão será em turno único. Na opinião de Arruda, o projeto se justifica pelo fato de serem poucos os prédios públicos em Brasília que levam o nome de Juscelino Kubitschek, apesar de ele ser o fundador da cidade.

– É mais que justo que a cidade que deve sua existência a JK tenha seu aeroporto com o seu nome.

Trata-se de homenagem devida ao maior homem público brasileiro deste século – comentou Arruda ao justificar seu projeto. Segundo o senador pelo Distrito Federal, a homenagem é semelhante àquelas que fizeram França e Estados Unidos, ao batizar os aeroportos de Paris e Nova York com os nomes de seus

ex-presidentes Charles de Gaulle e John Fitzgerald Kennedy, respectivamente. As dificuldades já registradas

em outras iniciativas de mudar os nomes de aeroportos, por alterar todas as cartas aéreas do mundo e suas referências, fizeram com que Arruda optasse por sugerir que o nome passasse a

ser Aeroporto Internacional de Brasília Presidente Juscelino Kubitschek.



José Roberto Arruda

Lúdio defende uso de soja transgênica no Brasil

Senador pede liberação do plantio e do consumo no país, argumentando que não existem registros de danos à saúde ou ao meio ambiente

O senador Lúdio Coelho (PSDB-MS) defendeu ontem o plantio e o consumo de soja transgênica no Brasil, apresentando dados de países que já utilizam o produto e, segundo o senador, não apresentam efeitos negativos do ponto de vista de saúde, ambiental e agrícola.

“Nunca podemos permitir que assunto de tal relevância seja obscurecido por suposições, medos ou interesses particulares”, ponderou.

Lúdio afirmou que a soja geneticamente modificada, que recebeu o aval da Comissão Técnica Nacional de Biossegurança, em setembro do ano passado, foi aprovada nos Estados Unidos em 1994, após anos de seguidos testes e avaliações, recebendo a aprovação de três organismos governamentais responsáveis pelas áreas de segurança alimentar, ambiental e agrícola.

APROVAÇÃO

O Canadá, a Argentina, o Japão e a União Européia, de acordo com o senador, também realizaram testes e aprovaram a soja transgênica para plantio e consumo por concluir que o produto é seguro. “Aliás, não só a soja, mas, também, o milho, algodão, canola, batata e



Lúdio disse que soja geneticamente modificada é consumida em todo o mundo

uma série de produtos básicos”, afirmou o senador:

– Em todo o mundo, a soja geneticamente modificada já é consumida, diretamente ou em produtos da cadeia alimentar, pelas populações desses países e das nações importadoras. Estima-se que mais de dois bilhões de pessoas estejam consumindo alimentos preparados com soja geneticamente modificada sem que nunca tenha sido registrado um único caso de reação adversa do ponto de vista alimentar. Da mesma maneira, não

se conhece nenhum impacto negativo do ponto de vista ambiental – explicou Lúdio Coelho.

APARTES

Em aparte, o senador Arlindo Porto (PTB-MG) disse que o Brasil está sofrendo concorrência desleal dos Estados Unidos, que têm 45% da sua produção em soja transgênica, alcançando grande produtividade a um custo menor, enquanto o produtor brasileiro está proibido de usar a soja transgênica.

O senador Luiz Estevão (PMDB-DF) lembrou que se não fosse a desvalorização do real frente ao dólar, seria o fim da produção de grãos no Brasil.

“A soja brasileira está com o menor preço de sua história”, alertou o senador. Estevão explicou que é preciso discutir o tema com maturidade e sem preconceitos.

Lúdio Coelho criticou ainda notícias sobre reações adversas e experiências mal sucedidas com a soja e a castanha-do-pará ou com batatas modificadas geneticamente.

“Onde está esta soja? Ela não existe. Esses produtos não foram aprovados e não existem comercialmente”, afirmou o senador.

Senador pede universidade federal em Tocantins

Tocantins é o único estado da Federação onde a União não mantém uma universidade própria, denunciou ontem o senador Eduardo Siqueira Campos (PFL-TO), definindo isso como uma “discriminação insuportável, injustificável e inaceitável”.

Ele informou que, enquanto a União investe nos outros estados quantia superior a R\$ 10 mil por aluno matriculado em universidade federal, a contribuição do Ministério da Educação em Tocantins, no ano passado, mal ultrapassou R\$ 600,00 por aluno matriculado:

– Não estou reivindicando para Tocantins uma universidade federal nos custos ou de acordo com o modelo tradicional. O projeto de lei autorizativo que estou apresentando corrigiria a discriminação existente para com o meu estado e federalizaria um modelo novo de universidade, coerente com os rumos que o MEC e o governo federal estão buscando – argumentou o parlamentar.

Conforme explicou, seu projeto autoriza a União a promover a criação da Fundação Universidade Pública do Tocantins, podendo implantá-la em parceria com o governo do estado e outras instituições públicas e privadas, caracterizando dessa forma uma



Eduardo Siqueira Campos: “Discriminação insuportável, injustificável e inaceitável”

instituição efetivamente pública, embora não estatal. Ele disse que essa universidade se faria nos termos do Código Civil, caracterizando-se como uma instituição de natureza jurídica de direito privado.

O presidente do Senado, Antonio Carlos Magalhães, também fez um aparte para dizer que o governador Siqueira Campos tem feito um excelente trabalho na administração do Tocantins, embora não receba integralmente o apoio que deveria receber do governo federal.

Lembrando que o governo tocaninense não vem contando com certos recursos constitucionais a que tem direito, o presidente do Congresso disse que, com esforço próprio, Siqueira Campos faz um trabalho notável.

Mozarildo consulta Mesa sobre leis autorizativas

Frente a divergências sobre a constitucionalidade ou não de projetos de leis de natureza autorizativa, expressas em pareceres da Consultoria Legislativa do Senado, de um lado, e em parecer da CCJ, de outro, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) solicitou ontem providências à Mesa junto à Consultoria no sentido de garantir respeito à decisão da CCJ. Na opinião do senador, a apresentação de projetos de lei autorizativa é uma das prerrogativas dos parlamentares.

O senador disse ter recebido, da Consultoria, a informação de que semelhantes projetos são inconstitucionais. No entanto, observou, em outubro do ano passado a CCJ manifestou-se favoravelmente a parecer elaborado pelo ex-senador Josaphat Marinho em resposta a consulta formulada pelo senador Lúcio Alcântara (PSDB-CE).

No parecer, o relator concluiu que, quanto à natureza jurídica, o projeto de lei autorizativa é um pro-



Mozarildo lembrou que parecer da Consultoria e de Josaphat Marinho são divergentes

projeto de lei como outro qualquer, passível de sanção e veto, que tem por objetivo “conceder autorização ao Poder Executivo para exercer a competência que lhe é própria e privativa”.

Para Mozarildo, o parecer de Josaphat Marinho é claro quanto à constitucionalidade desses projetos:

– Quanto à possibilidade de arguição de inconstitucionalidade por vício de iniciativa, esse tipo de lei não é passível de semelhante arguição.

Marina exalta diálogo sobre a Amazônia

A senadora Marina Silva (PT-AC) demonstrou otimismo diante dos possíveis resultados da rodada de negociações que vem se realizando no âmbito do Ministério do Meio Ambiente com representantes dos setores produtivos, preservacionistas, de vários ministérios, dos estados amazônicos e da sociedade em geral, para definir uma nova política de desenvolvimento sustentado na região.

Para Marina, os 20 milhões de habitantes da Amazônia estão abertos a uma nova proposta, uma vez que todas as tentativas de desenvolvimento realizadas até hoje não tiveram êxito. “As reuniões representam um esforço conjunto de buscar um novo caminho, talvez por entendermos que as tentativas anteriores falharam por serem setorializadas. Estamos buscando um conjunto de ações afirmativas que possam resultar em benefícios econômicos e sociais para a po-



Marina: desmatamento desenfreado pode unir todos em defesa da Amazônia

pulação”, garantiu.

Marina Silva lembrou que, em relação à Amazônia, já se falou demais sobre o que não se pode fazer lá. “Chegou a hora de juntarmos todos os setores com o objetivo de desenvolver a região. Não acredito que os preservacionistas queiram a manutenção estática da

atual realidade. Tampouco admito que os agricultores e pecuaristas derrubem árvores porque gostem de fazê-lo. O que pode unir a todos é a preocupação com os 550 mil km² que foram desmatados no últimos 20 anos, equivalentes a duas vezes a superfície do estado de São Paulo”, ressaltou.

A senadora pelo Acre observou que, para garantir os recursos para os projetos aprovados, é imprescindível a participação dos Ministérios da Fazenda, Planejamento e Casa Civil:

– De nada adiantam as melhores propostas, se faltam verbas para viabilizá-las. Também com esse objetivo, apresentei projeto de lei criando um Fundo de Reserva Florestal, um adicional ao Fundo de Participação dos Estados, para contemplar aqueles que têm florestas a preservar – concluiu Marina Silva.

Valadares defende novo cálculo para contratos do SFH

Projeto de lei prevê a substituição da Taxa Referencial de Juros (TR) pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) como indexador do saldo devido pelos mutuários da casa própria

O senador Antonio Carlos Valadares (PSB-SE) apresentou projeto de lei complementar exigindo que o saldo devedor dos contratos habitacionais do Sistema Financeiro de Habitação (SFH) seja reajustado de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) e não mais pela Taxa Referencial de Juros (TR). "A TR é a grande vilã do quadro tenebroso que cerca os mutuários, porque reflete os juros pagos aos especuladores internacionais e não a inflação."

Para Valadares, o SFH foi criado para ser um instrumento de política social, possibilitando a compra

da casa própria para as classes média e baixa. "Por causa da distorção da TR, o sonho está se tornando um pesadelo, com as prestações crescendo sem medida e o saldo devedor se multiplicando, mesmo que os mutuários cumpram seus compromissos em dia", explicou.

O senador por Sergipe afirmou que, em seu estado, cerca de 180 mil mutuários se encontram na iminência de perder suas casas porque os agentes financeiros somente esperam três meses de atraso para retomar os imóveis. "E pior, enquanto o mutuário paga as prestações, seu saldo devedor não pára

de crescer, projetando cenários sombrios para o futuro."

Valadares lembrou que o Supremo Tribunal Federal (STF) já decidiu ser inconstitucional a utilização da TR como índice de correção dos contratos. "Mas a sentença vale somente para os mutuários que entraram com a ação. Todos sabemos que o Executivo nem sempre cumpre as decisões do STF. Por isso decidi apresentar o projeto de lei exigindo a substituição do índice de correção, bem como novo cálculo para todos os saldos devedores dos contratos."

Em apertes, Tião Viana (PT-AC) e

Heloísa Helena (PT-AL) apoiaram a iniciativa. Para Amir Lando (PMDB-RO), é trágica a situação do sistema habitacional, por não haver compatibilidade entre renda do assalariado e sua prestação da casa própria. "O governo é perdulário quando vende estatais, mas tem sido duro quando trata os mutuários do SFH", observou.



Valadares: com a TR, "as prestações crescem sem medida e o saldo devedor se multiplica, mesmo que o mutuário cumpra seus compromissos em dia"

Luzia Toledo cobra ação contra o analfabetismo

Ao elogiar o programa educacional do governo, a senadora Luzia Toledo (PSDB-ES) disse ontem que a segunda metade da década de 90 passará à história brasileira como o período em que a nossa sociedade assumiu a questão educacional como efetiva prioridade. A senadora se referiu especialmente ao Plano Nacional de Educação (PNE) e ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (Fundef).

Apesar de considerar inegáveis os avanços do Fundef, como um aumento médio de 12,9% no salário dos professores já na etapa inicial do programa, Luzia Toledo afirmou que o projeto "necessita de contínua avaliação de seus resultados". Em função disso, a Comissão de Educação, por iniciativa da senadora, receberá em breve o ministro da Educação, Paulo Renato Souza, para uma exposição da situação atual e das perspectivas do Fundef.

A senadora, que vem de uma longa militância profissional no magistério e na administração escolar, enfatizou que os problemas enfrentados pelo governo para vencer o analfabetismo ainda são gigantescos. Segundo Luzia, em 1992, a avaliação comparada do desempenho educacional de uma mostra de meninos e meninas de seis e 13 anos, em 20 países, promovida pelo instituto americano *Educational Testing*, colocou o Brasil em penúltimo lugar, à frente apenas de Moçambique.

Ela destaca que o PNE propõe-se a combater "um dos mais vergonhosos



Segundo Luzia Toledo, é "vergonhosa" a taxa nacional de analfabetismo adulto

e, até agora, intratáveis déficits de nosso desenvolvimento humano: a altíssima taxa de analfabetismo adulto". A senadora informa que na América do Sul o nosso índice (14,6%) é inferior apenas ao da Bolívia, com 16,9%, segundo dados da Unesco.

Em seu discurso, Luzia Toledo ressaltou que os avanços do governo na área educacional, citados por ela, não significam ainda "o pleno resgate da dívida social e moral deste país com seus professores".

Em aparte, o senador Mozarildo Cavalcanti (PFL-RR) concordou com as questões levantadas pela senadora e disse que uma forma de conseguir um desenvolvimento profundo na educação é combater as desigualdades regionais.

– Investir em educação no Nordeste seria uma forma de atingir outros problemas sociais que são correlatos, da mesma forma que na região Norte – completou Mozarildo.

Ernandes Amorim elogia político indicado para dirigir o DNER

Ao registrar visita que fez na manhã de ontem ao novo diretor-geral do Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER), deputado Genésio Bernardino, o senador Ernandes Amorim (PPB-RO) denunciou irregularidades que estariam ocorrendo no órgão, sem que a diretoria anterior tivesse tomado as providências cabíveis.

– Levei ao conhecimento do deputado Genésio Bernardino que, através do Edital de Licitação nº 050/99-01, o primeiro distrito de Manaus estava licitando uma obra em andamento, que já é objeto de convênio entre o Departamento de Estradas e Rodagens (DER) de Rondônia e o próprio DNER, com



Amorim espera melhora no relacionamento entre os parlamentares e o DNER

validade até o ano 2001 – afirmou Ernandes Amorim.

Amorim manifestou satisfação em ver o DNER dirigido por Bernardino, "político com perfil de administrador público, com visão social e

grandiosidade para enfrentar sua missão". Ele disse acreditar que na sua gestão não se repetirá o "desrespeito" demonstrado pela diretoria anterior, que não comunicava aos parlamentares ou ao governador de Rondônia quando as emendas de bancadas eram licitadas.

O senador pelo estado de Rondônia elogiou o presidente da República por ter preenchido a diretoria-geral do DNER com um político. Ernandes Amorim reclamou que os burocratas, além de não terem a sensibilidade necessária que o cargo requer, costumam desrespeitar os parlamentares, que representam os anseios da população dos seus estados.

Viana critica tratamento desigual a governador do PT

A decisão do ministro dos Transportes, Eliseu Padilha, de delegar ao Departamento Nacional de Estradas de Rodagem (DNER) a construção das estradas que garantirão a interligação do estado do Acre com as regiões vizinhas foi considerada ontem "lamentável" pelo senador Tião Viana (PT-AC). Ele atribuiu a medida "a setores influentes do PMDB, que querem prejudicar o atual governador" e disse aguardar posicionamento do presidente da República em relação ao assunto.

Tião Viana também lastimou que o ministro Eliseu Padilha, em audi-

ência com o governador acreano, Jorge Viana (PT), tenha afirmado: "Fui várias vezes ao estado, no ano passado, para derrotar V. Ex^a. e não consegui". O governador solicitou a audiência exatamente para reclamar da delegação ao DNER.

O governador anterior, Orleir Cameli, com os vários processos judiciais a que ainda responde, lembrou o senador, recebia recursos federais para a construção de estradas. "O atual, honestamente comprometido com a realização do sonho acreano de se interligar ao país, não mereceu o mesmo tratamento",



Viana espera que FHC reveja decisão de Eliseu Padilha

observou.

Ao colocar na esfera federal a responsabilidade pela construção das estradas, o governo, na opinião de Viana, contraria o discurso predominante de descentralização e na divisão de responsabilidades entre as administrações públicas federal, estaduais e municipais nas áreas de educação, saúde e reforma agrária, entre outras.